

33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

FORUM 03: MÚLTIPLAS FACES DO TRABALHO PRECÁRIO.

**DINÂMICAS DE TRABALHO NA CIDADE: INFOMALIDADE E
AUTOGESTÃO.**

Magda de Almeida Neves.

Caxambu, outubro de 2009.

Dinâmicas de trabalho na cidade: informalidade e autogestão

Magda de Almeida Neves
Pós-graduação Ciências Sociais/PUCMinas

Introdução

O desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas adquiriu novos impulsos com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e da integração dos mercados. Como consequência, aparece uma nova divisão transnacional do trabalho envolvendo a redistribuição das empresas, corporações e conglomerados por todo o mundo e um processo de fusões e incorporações motivado pela nova lógica competitiva.

Os efeitos desse processo impactaram o conteúdo social e espacial das áreas urbanas. A reestruturação contribuiu para o aumento da produtividade por meio da segmentação, diferenciação e dinamismo da produção, devido ao desenvolvimento tecnológico e o crescimento das desigualdades sociais, principalmente, nas grandes metrópoles. Essas mudanças tiveram grande impacto no mercado de trabalho, com expressiva mobilidade da mão-de-obra, maior seletividade das empresas na contratação dos empregados em termos da qualificação, desemprego e redução da renda para importantes parcelas dos ocupados urbanos. No Brasil, apesar da constatação do crescimento do trabalho formal nos últimos anos, esse movimento do mercado de trabalho não foi suficiente para mudar significativamente o quadro de precariedade anterior, devido aos altos níveis de desestruturação a que se chegou nas décadas de 1980 e, principalmente, 1990.

Além disso, a reestruturação produtiva se generalizou para todos os setores e potencializou a flexibilização e a terceirização, fenômenos esses que contribuíram para a precarização das relações de trabalho. Essas transformações provocaram uma nova composição da classe trabalhadora, com redução da antiga classe operária sob o impacto da desindustrialização das metrópoles, reinserção da classe média no setor de serviços, agora reestruturado, e o crescimento do trabalho informal em várias atividades.

Nesta dinâmica, as cidades se organizam em redes estabelecendo laços produtivos diversificados tanto internos, quanto externos, diante das crescentes relações que são estabelecidas internacionalmente (CASTELLS, 1999). As redes operam para além do território e também em seu interior, na medida em que o processo produtivo deixa o chão da fábrica e se espalha pelo território urbano, a partir de um complexo de pequenos empreendimentos interdependentes de um mesmo processo de produção, que se integra de forma flexível em um trabalho difuso e coletivo.

O espaço industrial e urbano, além das atividades essenciais do processo produtivo, engloba uma rede de fluxos de atividades relacionados aos serviços, informações, capitais, fornecedores e distribuidores, provocando um aumento da terceirização, de atividades precárias e também da vulnerabilidade social.

Essas tendências do mercado de trabalho têm contribuído nas últimas décadas para a persistência e aumento do empobrecimento da sociedade urbana na América Latina e no Brasil e o surgimento de formas atípicas de trabalho.

A pobreza é resultado da desigualdade extrema imposta via mercado de trabalho, pelos empregos pouco qualificados e, sobretudo, pelos níveis salariais extremamente baixos, instituídos aquém dos patamares de subsistência (LAVINAS, 2002). A pobreza não é resultante apenas da ausência de renda, mas se articula a fatores como o acesso precário aos serviços públicos e, especialmente, à ausência de poder. Essa nova formulação se associa à exclusão e se vincula às desigualdades existentes e, especialmente, à privação de poder de ação e representação.

Diversas pesquisas têm sublinhado o fenômeno da segregação residencial, apontando para a composição cada vez mais homogênea dos espaços das cidades (RIBEIRO, 2004; MARQUES e TORRES, 2005, KAZTMAN, 2001). Trata-se da urbanização da pobreza. A concentração de pobres em espaços da cidade, caracterizados por uma privação material sem precedentes, pode representar, em diversos níveis, isolamento social. A heterogeneidade da pobreza se projeta no espaço urbano de acordo com trajetórias e territórios similares. A desigualdade do processo econômico e social promove o crescimento de concentrações de guetos urbanos nas periferias das grandes metrópoles, de grupos muitas vezes expulsos de outras áreas da cidade. Esses locais podem apresentar níveis de isolamento social com frágeis vínculos com o mercado, com o Estado e com os diversos segmentos da população urbana.

A reprodução da pobreza é também mediada pela configuração do modo urbano das condições de vida. Esse caráter se expressa na dinâmica do mercado de trabalho, na

natureza da proteção social e no pacto de coesão social, representando o suporte dado ao conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. Essa conjuntura exige dos governos locais soluções rápidas e efetivas, em prol da cidadania urbana, na busca da superação das contradições sociais presentes na paisagem das cidades (LAVINAS, 2002).

Com enfoque nos pobres urbanos, Kaztman (2001) descreve o complexo processo do isolamento social que gera fortes obstáculos para o acúmulo de ativos responsáveis pela superação dessa condição. Para o autor, a estrutura de oportunidades se define como probabilidades de acesso a bens, a serviços e ao desempenho de atividades. Devido à segregação, os vínculos sociais se enfraquecem. Dentro da perspectiva da segregação, o autor define três processos que considera os principais para a compreensão da pobreza no espaço urbano. O primeiro relaciona-se ao aumento da população economicamente ativa que apresenta vínculos precários e instáveis com o mercado de trabalho, ou seja, a segregação no trabalho. O segundo refere-se à redução progressiva dos espaços públicos, com forte incidência na educação, o que é denominado de segregação de serviços. Por último, o autor chama atenção para a concentração dos pobres em determinados territórios urbanos: a segregação residencial. Castel, também destaca o fenômeno da nova questão social “que não é apenas o da constituição de uma periferia precária, mas também o da desestabilização dos estáveis” (CASTEL, 1998:526). Segundo o autor, existem três pontos de cristalização dessa questão social: a desestabilização dos estáveis; a instalação na precariedade; e o aumento do desemprego, ou seja, um déficit de lugares passíveis de serem ocupados na estrutura social.

Para o enfrentamento desse processo de isolamento e empobrecimento visando a integração na sociedade, Kaztman (2001) destaca o espaço privilegiado do trabalho na construção de redes de amizades, ligadas à idéia de capital social individual, em que é possível transformar contatos em informação e facilidade de acesso a determinados serviços. Ao proporcionar a consolidação de identidades, valorização da auto-estima, construção de destinos comuns, a inserção produtiva cria condições para a conquista da cidadania de forma objetiva e subjetiva. Segundo Ribeiro e Santos Junior (2003), na sociedade industrial fordista, o bairro operário expressava a divisão social existente na sociedade e o processo de subordinação das classes trabalhadoras, mas também era o lugar de construção de laços de sociabilidade, de valores comuns e práticas coletivas, de

sentido de pertencimento, assegurando a integridade física e a segurança e possibilitando muitas vezes o fortalecimento da identidade coletiva de classe.

Vários estudos ressaltam o aumento do desemprego e da vulnerabilidade social relacionados aos impactos da reestruturação produtiva e, conseqüentemente, à fragilidade dos vínculos sociais. As mudanças advindas desse processo estabeleceram formas mais flexíveis de contratação e de uso da força de trabalho. É no contexto da flexibilidade que crescem a informalidade e as formas atípicas de trabalho como opções ao assalariamento. O resultado é a incidência de maior precarização das condições e dos direitos dos trabalhadores, sob o modelo da terceirização, do trabalho informal, da subcontratação, entre outros. A informalidade deixa de ser uma situação transitória para se tornar permanente, numa constante relação entre formal e informal (DRUCK, 2002; NEVES, 2006; LIMA e SOARES, 2002; LIMA, 2006).

Nesse artigo o enfoque analítico evidenciará, em primeiro lugar, uma pesquisa realizada sobre a atividade dos camelôs no espaço urbano do centro da capital mineira, procurando perceber as características dessa atividade informal e as ações estabelecidas pelo poder público visando uma melhor organização e inclusão social dessa atividade (NEVES, JAYME e ZAMBELLI, 2006). Nesse contexto, informalidade passa a ser sinônimo de empreendedorismo e se caracteriza como opção ao assalariamento, num quadro de flexibilidade das relações de trabalho. E, em segundo lugar, outras experiências que vêm sendo implantadas por organizações da sociedade civil e também pelo poder público, com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade social e a pobreza, criando possibilidades de inserção social no espaço urbano: as experiências de trabalho associado como alternativas de trabalho e renda. Essa dinâmica será analisada no texto, a partir de pesquisa desenvolvida com iniciativas de cooperativas populares autogestionárias, onde foi constatada a presença significativa de mulheres pobres (NEVES e COSTA, 2007). Com a crise da filiação societária via condição assalariada, essas formas de organização do trabalho adquirem maior visibilidade e também novas interpretações, constituindo focos de tensão analíticos, pois ora são percebidas no quadro da nova informalidade e da precarização, ora como trabalho associado, na tentativa de dar respostas à nova sociabilidade imposta pelas dinâmicas atuais do capitalismo.

1. O trabalho informal dos camelôs no centro de Belo Horizonte

O trabalho informal é um fenômeno global que aumentou consideravelmente nos últimos anos, especialmente a partir da reestruturação produtiva que modificou a relação de assalariamento típica da organização urbano-industrial do trabalho. Com o crescimento do desemprego, o fechamento de postos de trabalho e, portanto, a dificuldade de incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo, as atividades informais assumem novas características no espaço urbano das metrópoles.

Os novos desafios para o enfrentamento da crise estrutural do capitalismo determinaram profundas reestruturações econômicas, produtivas, organizacionais e institucionais. Com o aumento do desemprego e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, muitos trabalhadores buscaram no setor informal alternativas de geração de renda. Assim, o trabalho informal se intensificou, formando uma vasta rede de atividades de sobrevivência.

Nas cidades, o trabalho informal apresenta inúmeras formas e dinâmicas, coexistindo atividades de natureza muito distintas e complexas. Elas estão presentes no espaço urbano caracterizando vários segmentos de ocupados, seja no setor de serviços, comércio de ruas ou ambulantes, trabalho temporário, a domicílio, terceirizado, exercido em micro empresas, etc... (CACCIAMALI, 2000). O conceito de trabalho informal, além de polêmico, configura-se também como polissêmico, uma vez que se refere a situações muitas vezes diferentes do ponto de vista analítico. Mas, se há um consenso com relação à idéia de informalidade, esta se refere à ausência de regulação estatal em sua organização. Além disso, talvez a definição mais geral esteja vinculada a uma economia escondida, subterrânea, oculta, não registrada e não observada estatisticamente, o que dificulta uma análise mais acurada do fenômeno.

Historicamente, o trabalho informal foi associado aos segmentos mais pobres da população e não foram consideradas as diversas formas de inserção do trabalhador na produção. Segundo Lima & Soares (2002), nos anos de 1960 e 1970, o setor informal foi analisado como próprio dos países subdesenvolvidos, dentro de uma perspectiva dual. De um lado, o setor formal legalizado, com trabalhadores tendo acesso a direitos sociais e, de outro, um amplo conjunto de atividades denominadas de subterrâneas, no qual atividades informais, ilegais, criminosas nem sempre se distinguem.

De acordo com Melo e Telles (1999), o setor informal definido dessa maneira é composto por agentes que atuam à margem da regulação do Estado e significa sonegação em seus vários aspectos (de informações relativas a receitas, compras de

materiais, contratação de empregados etc.); em relação aos empregados, o termo significa atividade fora das normas da legislação trabalhista, como também atividades clandestinas (inclusive algumas ilícitas à luz do código penal, como prostituição e contrabando).

Nos anos de 1990, desenvolveu-se no mundo capitalista um processo de terceirização determinando o crescimento de autônomos que, algumas vezes disfarçados, trabalhavam para empresas e se articulavam com o processo produtivo desenvolvido nas atividades formais. Nesse contexto, ampliou-se a informalidade como consequência da transferência dos trabalhadores inseridos nas atividades formais ou legais para as atividades informais ou ilegais/não capitalistas, o que se denominou “nova informalidade”. Seria o retorno do ônus da reprodução da força de trabalho para a própria família e/ou para o indivíduo e o enfraquecimento da regulação sobre o mercado de trabalho.

Essa “nova informalidade” está vinculada ao processo de reestruturação em curso, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, desde os anos 1980 nos primeiros, e a partir dos 1990 nos segundos. Seu desenvolvimento está relacionado à entrada de novas pessoas na informalidade, detentoras de trajetórias profissionais constituídas nas atividades econômicas, bem como na redefinição de outras já existentes. A mudança se reflete na qualidade dos produtos e dos serviços oferecidos diretamente ao público. Dessa maneira, a “nova informalidade” se caracteriza pela presença de novos trabalhadores informais em velhas e novas atividades articuladas ou não com os processos produtivos formais ou pela presença desses trabalhadores em atividades tradicionais da velha informalidade que são por eles redefinidas (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

A “nova informalidade” não representa nada de novo se pensarmos nos países periféricos, onde amplos contingentes de trabalhadores sempre estiveram na informalidade e sempre dependeram da família para sua reprodução como força de trabalho. Além disso, o processo de formalização nos países periféricos nunca atingiu a maioria dos trabalhadores, apesar do crescimento no período de 1950-1970, (nos períodos seguintes sofreu forte declínio, embora no Brasil venha crescendo novamente nos últimos anos). A grande questão refere-se à mudança de perspectiva, pois a informalidade deixa de representar algo transitório, ou mesmo um futuro desejado, para se constituir em algo definitivo e, às vezes, único para a sobrevivência de inúmeras famílias (LIMA e SOARES, 2002).

De acordo com Silva, o papel de mediador que o “quase-conceito” de informalidade desempenhou por décadas está esgotado e vem sendo substituído pelo par “empregabilidade/empreendedorismo”. Para o autor, esse aponta “para novos modos de exploração capitalista, cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material” (SILVA, 2002:100-101).

É nesse contexto, de transformações e ressignificação do trabalho informal, que se inserem as mudanças que vêm ocorrendo no trabalho dos ambulantes do centro da cidade de Belo Horizonte.

Existem registros da presença do trabalho informal realizado por vendedores ambulantes ou mascates desde o início da fundação da cidade. Esses trabalhadores vendiam os produtos nos domicílios e aceitavam o pagamento das compras em prestação. No final da década de 1960, os camelôs começaram a ocupar a região central de Belo Horizonte. O número de habitantes da capital mineira nesse período passou de 693.328 para 1.235.030 habitantes e esse aumento populacional foi influenciado pelo crescimento da indústria de bens intermediários. Nessa época, Belo Horizonte se tornou o principal núcleo dinâmico do Estado, fato esse que atraiu grande número de migrantes do interior do Estado à procura de emprego e de melhores condições de vida. Ao analisar a capital paulista, Frúgoli (1995 e 1999) aponta que a maioria dos migrantes nacionais possui historicamente baixa qualificação para o trabalho industrial e se torna o grupo mais atingido pela instabilidade da oferta de empregos. Com o agravamento do desemprego, esses migrantes encontram no setor informal as alternativas de sobrevivência, desenvolvendo atividades que vão desde empresas familiares, venda de pequenos serviços, até trabalho por conta própria e serviço doméstico.

Embora haja o registro dos camelôs no centro da cidade desde o final de 1960, na década de 1980 houve um aumento significativo dessa categoria de trabalhadores, desencadeado principalmente pela crise econômica do período. Como no restante do país, em Belo Horizonte se observou, a partir dessa década, o crescimento de atividades comerciais consideradas informais e à margem da legalidade, desenvolvidas por camelôs e *toreros*. Os trabalhadores do setor informal na capital mineira são classificados em quatro categorias de acordo com Lemos (2003): camelôs, *toreros*, ambulantes e guerreiros. Os camelôs são caracterizados como comerciantes informais com garantias legais para o exercício de suas atividades, oficializados pelo Departamento de Controle Urbano, por meio de processos de licitação. Os *toreros*

atuam nas ruas com uma licença provisória, em áreas alternativas, chamadas de minifeiras, criadas pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Os ambulantes e guerreiros são vistos como uma subcategoria devido à sua alta rotatividade. Os primeiros trabalham em bancas improvisadas e comercializam geralmente um ou dois produtos em pequena quantidade. Os últimos não possuem bancas, mas ocupam ruas de maior movimentação e comercializam produtos sazonais.

Com o aumento da presença desses trabalhadores informais na região central de Belo Horizonte, as calçadas se transformaram em verdadeiros mercados, com produtos oferecidos a preços bem inferiores aos vendidos nas lojas, desencadeando forte concorrência com os comerciantes já estabelecidos na região. Devido ao seu crescimento, especialmente a partir dos anos 1980, as atividades dos camelôs tornaram-se alvo de diversas ações públicas que tentaram conter seu crescimento, além de buscar manter a organização e a ordem da região central.

O aumento dos camelôs e *toreros* no centro da cidade provocou grande expansão da apropriação dos espaços públicos por essas categorias, dificultando a circulação de pessoas, tirando a visibilidade das lojas, causando incômodos e gerando insatisfação aos lojistas.

A partir de 2002, a Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com a iniciativa privada, iniciou o desenvolvimento de vários projetos voltados à requalificação social, cultural, urbana e ambiental do centro da capital. De acordo com dados históricos, o poder público tentou controlar o trânsito comercial dos camelôs, desde o início da construção da cidade. Porém, somente na década de 1990, esses trabalhadores conseguiram seu credenciamento junto aos órgãos públicos, um ponto fixo para trabalhar, e também um alvará conferindo-lhes direitos e deveres no exercício da profissão (lei nº 3.841). De trabalhadores avulsos sem garantias legais, considerados por muitos como “infratores”, passaram a ter a partir desta decisão do poder público, o estatuto de cidadãos.

Em 2003 foi criado pela Prefeitura um Programa de Requalificação da Área Central – “Centro Vivo”, que tem como meta criar condições para o reforço dessa área como centro simbólico da cidade; valorizar a diversidade de suas atividades, consolidando-a como local de encontros de todos; e melhorar as condições de funcionamento do comércio local. Por fim, pretende repovoar essa área central com moradias permanentes.

Dentro das ações desencadeadas pelo Programa Centro Vivo foi criado o projeto “é bom trabalhar no Centro de BH”, que apresentou como objetivos: a melhoria da oferta de empregos no centro da cidade; a capacitação de trabalhadores do comércio; a organização do comércio na região central, tornando-o mais adequado e atrativo para o consumidor; e a promoção da inclusão de trabalhadores no mercado formal, por meio da capacitação e da criação de melhores condições de trabalho.

As primeiras intervenções direcionadas à organização do comércio no hipercentro da capital foram realizadas em julho de 2003, por meio da sanção do Código de Posturas elaborado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, que determinou a retirada dos camelôs das ruas e calçadas da região central. Essa legislação foi baseada em debates ocorridos na II Conferência de Política Urbana, realizada em 2002, na qual se discutiu a desocupação das ruas por camelôs e *toreros* e sua transferência para os *shoppings* populares, que seriam instalados em locais de grande circulação de indivíduos e, cuja concessão do uso do espaço, não seria gratuita. Além do *shopping* popular, os camelôs conquistaram outros benefícios nesse processo, como a manutenção do diálogo com a PBH e a criação de projetos de capacitação profissional.

A partir de parceria entre a Prefeitura Municipal e a iniciativa privada foram criados os *shoppings* populares na região central da capital, com o objetivo de recolocar camelôs e *toreros* em atividades no centro de Belo Horizonte. De acordo com dados da Prefeitura, foram transferidos, no período de 2003 a meados de 2005, 1772 camelôs e *toreros* que atuavam nas ruas centrais da capital, sendo construídos, no período, quatro *shoppings*: *Oiapoque*, *Tupinambás*, *Xavante Pop Shopping* e *Caetés*.

O funcionamento dos *shoppings* populares se faz através do Regulamento de Centro de Comércio Popular, que objetiva atender à demanda do comércio informal do Município e capacitar os Empreendedores Populares para atuarem no mercado de trabalho. O empreendedor é responsável pelo pagamento dos valores das taxas decorrentes da atividade, além dos encargos previstos no contrato de locação. Além disso, são de sua inteira responsabilidade a identidade e a procedência dos produtos por ele comercializados.

Os *shoppings* populares são administrados por um Conselho Gestor composto por três membros não remunerados: um representante do Município de Belo Horizonte (que exerce a função de Coordenador); um representante do locador; um representante eleito entre os Empreendedores Populares e Lojistas.

É responsabilidade do empreendedor popular, o pagamento do valor correspondente aos encargos provenientes do funcionamento e operacionalização, tanto da área ocupada, quanto das áreas de uso comum do shopping, como aqueles relacionados à água, esgoto, energia elétrica, limpeza, portaria, higienização, desratização, manutenção, conservação, serviços de informação de mercado, instalação e operação de sistema de sonorização e telefone, seguro contra incêndio, bem como outros encargos que vierem a ser instituídos pelo Conselho Gestor.

Por fim, é vedado aos empreendedores populares, sob pena de perda de direito da autorização, ceder, arrendar, locar, sublocar, trocar, emprestar e vender a área objeto da autorização a terceiros, como também, manter o boxe fechado por mais de 24 horas sem autorização do grupo gestor.

Entretanto, torna-se imprescindível salientar que os camelôs que desenvolviam suas atividades informais nas ruas do centro de Belo Horizonte e foram transferidos para os *shoppings* populares, com o *status* de empreendedores continuam inseridos na informalidade. Em sua maioria, estão em plena capacidade produtiva e em condições de inserção no mercado de trabalho formal. A participação desse grupo no mercado mostra que o trabalho informal se transformou numa estratégia para obter algum tipo de rendimento.

A partir de entrevistas realizadas com empreendedores populares, em todos os *shoppings*, percebeu-se que a maioria dos entrevistados desenvolveu atividades no mercado de trabalho formal antes de ingressar na informalidade e aqueles que trabalharam com vínculo empregatício, desenvolveram funções que exigiam pouca ou nenhuma qualificação, portanto, com baixa remuneração. Os motivos do desligamento do emprego formal, de acordo com os entrevistados relacionam-se a baixos salários, condições precárias de trabalho, problemas de saúde, relacionamento com a chefia, busca de melhores condições de vida, demissão, entre outros. Os desligamentos dos trabalhadores, de acordo com os relatos, aconteceram principalmente na década de 1990, período de agravamento da situação econômica brasileira. Esse quadro, juntamente com o processo de reestruturação produtiva, determinou no país, inclusive em Belo Horizonte, o aumento do desemprego, a redução da renda, a deterioração das condições de trabalho, o crescimento de atividades terciárias precárias e também da informalidade.

A opção pelo trabalho de camelô, de acordo com os relatos, se fez em função de vários fatores, entre os quais, falta de emprego; dificuldade de inserção no mercado

formal; baixa escolaridade e problemas de saúde, que dificultavam o ingresso no trabalho formal; baixa remuneração; interesse pelo negócio próprio, acrescido da liberdade e da autonomia permitida pela atividade; necessidade de cuidar dos filhos; influência e incentivo de familiares e amigos, que atuavam nas ruas; facilidade no desenvolvimento da atividade, que exigiria pouco investimento financeiro e nenhum tipo de qualificação específica. Ao serem interrogados sobre o desejo de deixar a atividade informal e ter emprego fixo com carteira assinada, as respostas foram bem variadas e diversificadas de acordo com os *shoppings*. A possibilidade de obter um emprego formal e com carteira assinada é considerada, por alguns, como a solução para garantir um salário fixo, horário regulado, benefícios diretos e indiretos e segurança.

As evidências e a análise apresentadas pela pesquisa demonstram alguns aspectos importantes a serem ressaltados. O que chama atenção no discurso dos camelôs é a expressão de um sentimento de ambigüidade em relação às mudanças. Ao mesmo tempo em que estar nas ruas significava maior contato com os “possíveis consumidores”, o que poderia levar a obter maior renda, significava também estar submetido aos conflitos tanto com os comerciantes locais quanto com a Prefeitura. Entretanto, ressalta-se nos diversos depoimentos que as perdas com a transferência poderiam se sobrepor aos ganhos, especialmente, porque, para eles, ir para o *shopping* significaria formalização e legalização do trabalho, elevação do *status* e dos ganhos econômicos, o que poucas vezes foi concretizado (NEVES, JAYME e ZAMBELLI, 2006).

Na transferência dos camelôs para os *shoppings* populares, estabelecendo parcerias com o SEBRAE para cursos de empreendedorismo e passando a denominar os camelôs como “empreendedores populares”, a parceria público/privada e os próprios camelôs re-configuram essa atividade de trabalho no quadro da “nova informalidade”. A mesma atividade de trabalho que era desenvolvida nas ruas ocorre de forma mais organizada nos *shoppings*, sem, entretanto, estabelecer nenhum vínculo de direitos trabalhistas. O que se pode observar é que a antiga informalidade foi redefinida para uma situação de trabalho na qual a característica mais fundamental é a institucionalização da precariedade das relações de trabalho e da proteção social. Esta realidade tem impossibilitado a articulação de uma organização consistente e representativa capaz de estabelecer estratégias e ações que agreguem os interesses coletivos destes “novos” trabalhadores.

2. Cooperativas autogestionárias de reciclagem de lixo.

Uma das formas propostas para a superação da pobreza e da exclusão social tem se consolidado em iniciativas denominadas de economia solidária. Movimentos sociais, organizações não-governamentais e setores do poder público incentivam a criação de empreendimentos autogestionários nos quais trabalhadoras e trabalhadores vivenciam a possibilidade de integração à sociedade por meio do trabalho associado.

Esse conjunto de iniciativas apresenta uma série de denominações como, por exemplo: economia solidária, economia do trabalho e economia social. (SINGER, 2003, 2002; CORAGGIO, 2000; WAUTIER, 2003). A imprecisão conceitual demonstra as inúmeras experiências que ocorrem em diferentes países, seja por parte de governos, de organizações não-governamentais ou dos próprios trabalhadores, que procuram novas formas de enfrentamento do desemprego, do trabalho informal e precarizado, na busca de geração de trabalho e renda.

Gaiger (2004) compreende a economia solidária como aquela capaz de subverter a lógica de produção de mercadorias e converter necessidades em fruição e bem-estar. Por meio de uma pesquisa em âmbito nacional, realizada entre 1999 e 2003, no Brasil, definiu-se como unidade de análise os empreendimentos econômicos solidários que giram em torno de oito princípios, que se espera virem internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

De acordo com França Filho e Laville (2004), essas experiências consistem na possibilidade de que a própria sociedade crie e recrie formas diferenciadas de distribuição de riquezas, em experiências oriundas da sociedade civil, dos meios populares e de poderes locais, entre outras. Tal universo é extremamente abrangente e diversificado e sua marca distintiva é a idéia de solidariedade na atividade econômica. As principais características das iniciativas são: pluralidade de princípios econômicos; autonomia institucional; democratização dos processos decisórios; sociabilidade comunitária pública e finalidade multidimensional.

Na medida em que se aprofunda a crise provocada pela reestruturação econômica na sociedade contemporânea, o conceito de exclusão possibilita identificar

grupos em situação de maior desigualdade social. Os chefes de família desempregados, as minorias étnicas, os jovens sem experiência no mercado de trabalho, as mulheres em ocupações precárias e em tempo parcial, os migrantes e os idosos sem seguridade social, são alguns desses segmentos. Os chamados novos pobres são aqueles impedidos de acessarem os caminhos habituais de incorporação ao tecido social, entre eles, o trabalho assalariado. Os mecanismos de exclusão são múltiplos e as formas de manifestação diversas. Destaca-se o fator econômico como lugar preeminente e se constata o espaço estratégico do emprego na organização dos mercados. Para muitos, ter um emprego assegura o acesso a benefícios sociais, *status* e identidade (OLIVEIRA e ARIZA, 1997).

Segundo Bandeira e Melo (2005), as pesquisas servem para mostrar que a pobreza não é assexuada e mais estudos sobre essa correlação devem ser realizados. O conceito de feminização da pobreza tem como objetivo demonstrar o estado de privação causado por questões inerentes às desigualdades de gênero. Essa constatação demonstra a importância de criar mecanismos capazes de dar visibilidade a esse tipo de situação. Os estudos que focalizam as relações de gênero ajudam a compreender as regras institucionalmente ou socialmente estabelecidas que proporcionam acessos desiguais ao poder e aos recursos (HIRATA e PRÉTECEILLE, 2002; NEVES, 2006; LIMA, 2006).

As assimetrias entre mulheres e homens manifestam-se de diversas formas e possibilitam um complexo sistema de interações que provocam o acúmulo de desvantagens femininas. A exposição a fatores como vulnerabilidade, pobreza e privação são responsáveis por manter as mulheres em círculos de precariedade, muitas vezes difíceis de serem rompidos. Tais redes, ao contrário, tendem a se retro-alimentar e produzem efeitos potencializados. (SALLES e TUIRÁN, 1998).

A chefia familiar é capaz de indicar a vulnerabilidade ou o estado de pobreza em que as mulheres são mais expostas por dois motivos: dificuldade em conciliar trabalho fora de casa e as tarefas de cuidado com os filhos e menores rendimentos auferidos por elas em suas ocupações. A reduzida remuneração, elevada jornada de trabalho, baixa proteção social são alguns dos fatores que prejudicam mais fortemente as mulheres do que os homens. A presença de filhos interfere na organização da vida das trabalhadoras, pois elas têm que articular diversas responsabilidades fora e dentro de seus lares.

A proporção de mulheres chefes de família cresce no Brasil e isso provavelmente tem um impacto no aumento da pobreza e da exclusão social. Em 2000, essa taxa correspondia a 12,9% de um total de 44.795.101 domicílios. Essas trabalhadoras ou donas-de-casa, responsáveis por seus lares, são mais velhas e um terço

delas tem mais de 60 anos. Mais da metade desses domicílios está sob responsabilidade, predominantemente, de viúvas. Há também um número expressivo de lares comandados por jovens, mães solteiras, principalmente nas periferias das grandes cidades. Desses domicílios comandados por mulheres, em 68,6% há filhos. No total de famílias em que a chefia é feminina, 27% delas são pobres e 25% são indigentes (BANDEIRA e MELO, 2005).

Diversas pesquisas apontam para uma forte desigualdade em relação às conquistas femininas na estrutura produtiva. No que se refere à escolaridade, por exemplo, constata-se a presença de extremos entre trabalhadoras bem qualificadas, que ocupam cargos qualificados, bem remunerados e portadores de status social, e a continuidade daquelas com baixa escolaridade, vinculadas a formas precárias de ocupação e sem direitos sociais (NEVES, 2006; HIRATA, 2000 e 2001; HIRATA, 2002; BRUSCHINI, 2007).

Guérin considera que o envolvimento das mulheres pobres nessas experiências de geração de trabalho e renda relacionadas à Economia Solidária tem sido fortemente constatado, pois essas atividades oferecem oportunidades para avançar na promoção da equidade de gênero. No entanto, como ressalta a autora, muitas dessas experiências não são suficientes para garantir a igualdade para as mulheres, pois existem três obstáculos importantes para alcançar tal objetivo: o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, por fim, a desigualdade da divisão das tarefas domésticas.

O que a autora denomina de “justiça de proximidade” visa diminuir as diferenças sociais geradas por uma justiça centralizada e padronizada, assim como complementá-la. Ela consiste em corrigir as desigualdades originadas da efetivação dos direitos, em ações que, de fato, possam auxiliar as mulheres a transformar direitos formais em direitos reais. Dessa maneira, essas ações devem ter repercussões no sentido de diminuir e até mesmo acabar com as desigualdades provenientes de sua trajetória pessoal, de seu pertencimento de sexo, de seu pertencimento a um grupo social ou a um bairro desfavorecido (GUÉRIN, 2005, p. 19).

Tanto na busca pela evolução da legislação, como na sua aplicação, a ação pública muitas vezes por si só, não é suficiente para alcançar os resultados desejáveis. É necessária a maior participação das mulheres na gestão dos assuntos públicos, assim como uma intervenção pública em harmonia com o conjunto de atores da sociedade civil.

A divisão sexual das obrigações familiares, baseada na responsabilização quase exclusiva das tarefas domésticas ao sexo feminino, limita a participação das mulheres em outras atividades da sociedade. Parte dessas obrigações, principalmente o cuidado com dependentes, deve ser cada vez mais um bem público assumido pela família, autoridades, mercado e sociedade civil, da mesma forma que se exige o maior envolvimento dos homens nos espaços domésticos. Práticas recíprocas são instrumentos importantes para avançar nessa trajetória, na medida em que proporcionam a mudança de categorias culturais baseadas numa série de oposições, que se recortam e se confirmam mutuamente, como: mercantil/não-mercantil; público/privado; produção/reprodução; egoísmo/altruísmo; masculino/feminino. Dessa forma, a reciprocidade poderá contribuir para a transformação das organizações sociais e, favorecer a emergência de espaços locais de mediação, possibilitando uma melhor articulação entre vida familiar e vida profissional. As novas dinâmicas de efetivação do trabalho associado podem contribuir nesse processo, como espaço de reivindicações e de pressão sobre o poder público (GUÉRIN, 2005: 23).

O avanço das experiências denominadas de economia solidária no Brasil materializa-se no crescente debate acerca do tema e também no aumento das políticas de incentivo para a consolidação de experiências autogestionárias. Segundo Lima, o conceito de autogestão acompanha o de cooperativismo, sendo caracterizado pela autonomia do coletivo e democratização das práticas de trabalho; o autor salienta, entretanto, seu aspecto multidimensional e ambíguo (LIMA, 2007:140). Albuquerque (2003) descreve a autogestão como um conjunto de práticas sociais caracterizado por ações democráticas de tomadas de decisão, que proporcionam autonomia a um coletivo. Trata-se de um exercício compartilhado que articula relações sociais de cooperação mais horizontais. Essa experiência abarca um caráter multidimensional que envolve aspectos sociais, econômicos e técnicos, o que leva a compreendê-la como uma modalidade de gestão diferenciada. A perspectiva de ação coletiva, nesse sentido, não encontra necessariamente caminhos lineares, pois as apropriações de espaços coletivos ocorrem de múltiplas formas. A organização dessas iniciativas busca se estruturar por meio de ações da sociedade civil e em programas públicos governamentais.

Nosso objetivo, neste artigo, é analisar dois empreendimentos solidários: uma cooperativa e uma associação do setor de reciclagem em Belo Horizonte. Os empreendimentos são compostos, majoritariamente, por mulheres e realizam ações de coleta, triagem, prensagem e venda de materiais recicláveis. Ambos têm apoio de

organizações não-governamentais, assim como acompanhamento e subsídio da Prefeitura Municipal. A escolha dos empreendimentos em questão deve-se a um conjunto de características importantes ao estudo: ambos têm cerca de três anos de funcionamento, desenvolvem a mesma atividade, são atuantes no movimento da economia solidária, buscam exercitar a autogestão, são compostos por maioria feminina, estão situados em áreas pobres da cidade e são constituídos por moradores de vilas ocupadas de forma irregular e/ou originárias de programas sociais de habitação. Diferentemente dos camelôs, cujas atividades ocorrem no hiper-centro da capital mineira, esses empreendimentos de reciclagem de lixo estão localizados na periferia da cidade, onde a segregação espacial muitas vezes interfere no exercício efetivo dos direitos de cidadania. A dinâmica das metrópoles brasileiras marcada pelas desigualdades sociais evidencia, no espaço urbano, o crescimento da vulnerabilidade social em determinadas regiões e o acesso precário aos ativos de oportunidades, qual seja, possibilidades de acesso a bens e serviços e ao desempenho de atividades que possibilitem bem-estar a essa população.

Uma das iniciativas surgiu da implantação de projeto da Prefeitura de Belo Horizonte que previa a criação de empreendimentos solidários e sua integração às ações de coleta seletiva da cidade. O programa buscou incorporar trabalhadores organizados (catadores e desempregados) como parceiros prioritários em atividades sócio-ambientais. Além de promover a reciclagem, a iniciativa tinha como objetivo beneficiar famílias de baixa renda e disseminar pontos de recebimento de material reciclável. Com esse objetivo, foi prevista a construção de um galpão de beneficiamento na região, destinado ao trabalho do grupo, que inicialmente contava com cerca de vinte e cinco moradoras de áreas urbanas pobres, escolhidas para a inclusão produtiva e social. As participantes realizaram cursos e capacitações e começaram as atividades, provisoriamente, no espaço do Núcleo de Apoio à Família (NAF) do bairro Pampulha, organizado pela Prefeitura. Por diversos motivos, a infra-estrutura definitiva, até a presente data, não foi entregue à associação que realiza suas tarefas debaixo de uma lona. Atualmente, o grupo é composto por 10 moradores, dos quais 7 são mulheres, e atinge um beneficiamento mensal de 10 toneladas, com retirada média de R\$ 150,00.

A outra cooperativa foi fundada via mobilização de grupos organizados de quatro comunidades (Vila Corumbiara, Vila Independência, Conjunto Conquista da União e Jatobá IV) da região do Barreiro. As iniciativas foram fomentadas por moradores, principalmente mulheres que tinham como objetivo gerar trabalho e renda

por meio da reciclagem. A articulação dessas experiências recebeu o apoio da Prefeitura, que cedeu o espaço do galpão em regime de comodato e o apoio logístico da SLU — Superintendência de Limpeza Urbana. O empreendimento integra o programa de coleta seletiva da cidade e desenvolve suas atividades desde agosto de 2003. Atualmente, a cooperativa é composta por 21 trabalhadores, dos quais 16 são mulheres, e beneficia cerca de 39 toneladas de material reciclável por mês, o que representa renda média de R\$ 350,00 em regime parcial de trabalho. A experiência dispõe de uma estrutura mais adequada e, por isso, alcança resultados mais positivos, em relação ao outro projeto. Foi a primeira iniciativa no município a repassar o produto da coleta seletiva para uma cooperativa formada por moradores. Os integrantes do grupo participam de cursos oferecidos por entidades e pelo poder público. Das 24 entrevistadas, 22 têm filhos e desse total 11 recebem do governo o benefício do Bolsa Família, cujo valor se define de acordo com o número de filhos. As famílias são pobres e contam, em média, com cerca de dois salários mínimos por mês (NEVES e COSTA, 2007).

Mas é importante ressaltar que a prática da dinâmica autogestionária, nos empreendimentos pesquisados neste estudo, apresenta várias tensões. Além da nova responsabilidade, diferentemente de um emprego comum, a gestão compartilhada pode parecer confusa e de difícil assimilação. Muitos conflitos surgem com base nesse argumento. O limite entre a percepção acerca da gestão democrática e a gestão centralizada fica tênue. Se consideradas as experiências vivenciadas por muitas trabalhadoras no mercado de trabalho, ressalta-se que a autogestão é um exercício complexo e a realização de reuniões para decisão em conjunto é freqüente. Os assuntos em pauta, nesses encontros, são variados e todos os participantes têm a possibilidade de voz e de voto. Em média, os encontros acontecem uma vez por semana e a participação faz parte do cotidiano do trabalho nos grupos. Como salienta Albuquerque (2003), a vivência desses processos é apropriada de diferentes maneiras.

As trajetórias ocupacionais das mulheres que integram os empreendimentos estão marcadas por trabalhos precários, na maioria, inscritos na informalidade. Parte significativa das trabalhadoras desenvolvia atividades como doméstica e no setor de serviços. Muitas iniciaram o trabalho remunerado ainda cedo, quando crianças e adolescentes, o que pode ter influenciado a baixa escolaridade de algumas delas. Caminhos que são interrompidos pelo casamento ou pela chegada de filhos. A

maternidade e, conseqüentemente, a responsabilidade pela socialização dos filhos constitui um fator que dificulta as atividades profissionais dessas mulheres.

Nesse sentido, os motivos para estar nos empreendimentos autogestionários são diferenciados e marcados pelas trajetórias de vida de cada uma. A vulnerabilidade, vivenciada no excludente mercado de trabalho, representa o primeiro impulso para inserção nas cooperativas populares. Na impossibilidade de conseguir outro tipo de ocupação, elas chegam à cooperativa e à associação em busca de trabalho e renda. Os motivos para a difícil inserção no mercado de trabalho são diversos e agrupam um conjunto de desvantagens que impedem o acesso à formalidade. Uma das questões levantadas relaciona-se à idade das trabalhadoras. Ao atingir uma faixa etária acima dos 40 anos, por exemplo, conseguir um emprego torna-se uma tarefa bastante complicada. O longo período sem ocupação, a baixa escolaridade e a pouca experiência são, também, alguns dos fatores citados pelas entrevistadas como dificuldades encontradas para a inserção no trabalho formal.

As trabalhadoras têm trajetórias ocupacionais marcadas por interrupções e por trabalhos precários, num constante trânsito entre formalidade e informalidade. As motivações pelas quais se integram aos empreendimentos são permeadas por sentidos negativos, como a impossibilidade de conquista de empregos formais e por sentidos positivos, como as ações comunitárias de organização e busca de inserção social. Inseridas nos grupos, elas vivenciam práticas autogestionárias e os limites da falta de acesso a direitos trabalhistas. Encontram na reciclagem a tarefa do cuidado articulado a um *status* público e de reconhecimento social. Enfrentam cotidianamente os entraves à igualdade entre os gêneros ancorados na divisão sexual do trabalho. É nesse cenário de dinâmica complexa que elas exercitam suas capacidades e ampliam perspectivas de vida.

Nesse sentido, a vivência das mulheres nesses empreendimentos possibilita impactos diferenciados. A experiência de participar da organização do trabalho pode ser permeada por sentidos antagônicos, mas um ponto parece ser consensual nas entrevistas: o aprendizado, reconhecido em diversas dimensões. A maioria das mulheres entrevistadas ressaltou o fato de se apropriarem de novos conhecimentos e aumentarem suas redes de contatos e solidariedade, a partir do trabalho associado.

A experiência no cotidiano do trabalho, nos quais as decisões e a gestão são compartilhadas, pressupõem a participação de todas. A vivência da autogestão desafia as trabalhadoras para uma participação mais efetiva no local de trabalho, por meio da

interação no grupo, da experimentação do diálogo, proporcionando o sentimento de pertencimento. Isso significa trazer à cena pública o que antes estava silenciado no espaço doméstico da vida privada ou entendido como não pertinente às deliberações políticas. Nesse movimento, elas rearticulam a dimensão de seus direitos e, em alguma medida, sua cidadania, mesmo que o vínculo social se apresente ainda frágil nessa nova dinâmica da realidade do trabalho.

Considerações finais

É importante salientar nessas experiências analisadas que, apesar de serem distintas em alguns aspectos da sua própria dinâmica no espaço urbano, ambas tiveram a indução do poder público para sua implementação. No caso dos camelôs, visava-se a recuperação do espaço público do hipercentro da capital mineira, retirando para um local fechado e mais organizado, numa parceria pública/privada, o comércio ambulante.

Esta atividade há muitos anos estava integrada no cenário da cidade, tradicionalmente reconhecida como informal. Com a interferência do poder local e de outras instituições da sociedade, um “novo status” foi criado para esses trabalhadores, que passaram a ser identificados como empreendedores populares. Esta denominação foi também assumida pelos próprios camelôs e incorporada na sua identidade. Entretanto, foi percebido na pesquisa levada a cabo que, apesar das mudanças, o trabalho continua a ser realizado de forma individual e bastante competitiva e se insere no quadro do que já foi definido anteriormente como da “nova informalidade”.

Na experiência das cooperativas populares autogestionárias, o que merece ser destacado é a sua localização em áreas urbanas segregadas socialmente. Nesse caso, a interferência do poder público e de outras organizações ocorre no sentido de possibilitar a inclusão social das camadas mais pobres da população local, com o envolvimento efetivo de mulheres. Em que pese a estrutura ainda precária das cooperativas e uma maior vulnerabilidade de organização de uma delas, não só do ponto de vista da infraestrutura, como também do envolvimento de um maior número de participantes e da renda auferida, aspectos importantes observados nas entrevistas merecem ser destacados. A inserção nos empreendimentos econômicos solidários requer o exercício constante da gestão coletiva e de práticas democráticas, mesmo que existam momentos de conflitos, percebidos na pesquisa. A vivência de espaços autogestionários possibilita para essas mulheres pobres a busca de autonomia. A experimentação dessas relações

fortalece vínculos sociais, rompidos em processos de exclusão. O enfrentamento da pobreza está ancorado em soluções locais lideradas por trabalhadoras e articuladas com o poder público e organizações não-governamentais de fomento. Nesse sentido, o sair da esfera privada/doméstica para um coletivo, onde o envolvimento de cada uma é importante para o êxito do trabalho, torna essa experiência bem diferente daquela dos camelôs. Entretanto, é importante ressaltar também os limites dessa dinâmica, pois ao estabelecer uma política de geração de trabalho e renda, a vulnerabilidade dessa atividade é uma realidade pela própria condição de sua existência, pois não assegura um vínculo mais duradouro de inserção na sociedade pelo trabalho, se não vier acompanhado de outros ativos de oportunidades.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David. *A Outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BANDEIRA, Lourdes e MELO, Hildete Pereira. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil*. Série Mujer y Desarrollo. Santiago: CEPAL, 2005.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v.37, n.132, set/dez, 2007, pp.537-572.

CACCIAMALI, Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, (14), jun/2000, pp.153-174.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, v.1. Paz e Terra, 1999.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

- CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. *In*: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco de Assis; COSTA, Beatriz (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. *Caderno CRH*. Salvador/UFBa, n. 47, jul./dez. 2002, p. 11-22.
- FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. "O Conceito de Informalidade". *Cadernos CRH*, Salvador, v. 17, no. 41, 2004. pp.211-229.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FRÚGOLI, H. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- FRÚGOLI, H. A Questão dos camelôs no contexto da revitalização do centro da metrópole de São Paulo. *In*: SOUZA, M. de, LINS, S., SANTOS, M.P.C., SANTOS, M.C. (orgs.). *Metrópole e Globalização*. São Paulo: CEDESP. 1999.
- GUÉRIN, Isabelle. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HIRATA, Helena. "Globalização e divisão sexual do trabalho". *Cadernos Pagu*. Unicamp, n.17/18, 2001/2002. pp. 139-156.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- HIRATA, Helena, e PRÉTECEILLE, Edmond. "Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das ciências sociais na França". *Caderno CRH*. Salvador/UFBa, n. 47, jul./dez. 2002. pp. 47-80.

- KAZTMAN, Rubén. “Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos”. *Revista Cepal*. 75. Diciembre 2001. pp. 171-189.
- LAVINAS, Lena. “Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática”. *Econômica/UFF*. v. 4, n.1, junho 2002. pp. 25-59.
- LEMOS, Celina. *Antigas e Novas Centralidades: a Experiência da Cultura do Consumo no Centro Tradicional de Belo Horizonte*. Campinas, *Tese de Doutorado*, Ciências Sociais, UNICAMP, 2003.
- LIMA, Jacob. “Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial”. In: LIMA, Jacob, Carlos(org). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume Editora, 2007.
- LIMA, Jacob. “Trabalho informal, autogestionário e gênero”. *Sociedade e cultura*. V. 9, n. 2, jul./dez. 2006. p. 303-310.
- LIMA, Jacob, SOARES, Maria José. “Trabalho flexível e o novo informal”. *Caderno CRH*. Salvador/UFBa, n. 47, jul./dez. 2002. pp. 163-180.
- MARQUES, Eduardo, TORRES, Haroldo (orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2005.
- MELO, H. e TELES, J. “Serviços e Informalidade: O Comércio Ambulante no Rio de Janeiro”. *ANAIS do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET)*. v.1, São Paulo.,1999, pp. 379-401.
- NEVES, Magda de Almeida. “Trabalho e gênero: permanências e desafios”. *Sociedade e cultura*. V. 9, n. 2, jul./dez, Goiânia, 2006, pp. 257-265.

- NEVES, Magda de Almeida. e COSTA, Bianca Lima. “Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária”. Trabalho apresentado no *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife, 2007.
- NEVES, Magda de Almeida, JAYME, Juliana Gonzaga e ZAMBELLI, Paulina. “Trabalho e cidade: os camelôs e a construção dos Shoppings populares em Belo Horizonte”, Trabalho apresentado, *30º Encontro da ANPOCS*, Caxambu, 2006.
- OLIVEIRA, Orlandina, ARIZA, Marina. “División sexual del trabajo y exclusión social”. *Revista latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Ano 3, n 5, 1997. pp. 183-203.
- RIBEIRO, Luiz Cesar (org). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- RIBEIRO, Luiz Cesar e SANTOS JUNIOR, Orlando,.”Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira”.*Revista eure* (vol. XXIX Nº 88), dez.Santiago de Chile, 2003, pp.79-95.
- SALLES, Vania e TUIRÁN, Rodolfo. “Pobreza, hogares y condición femenina”. *Revista latinonamericana de Estudios del Trabajo*. Ano 4, n. 7, 1998. p. 97-117.
- SILVA, L. “Da Informalidade à Empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)” *Caderno CRH*, Salvador, nº37, jul/dez, 2002, p. 81-109.
- SINGER, Paul. “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (orgs.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WAUTIER, Anne Marie. “Economia Social na França”. In: CATTANI, Antonio (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Editora VERAZ, 2003.